COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

PROJETO DE LEI Nº 8.178, DE 2017

Isenta de PIS e COFINS a produção, a importação ou a comercialização de Óleo Diesel e suas correntes.

Autor: Deputado NILSON LEITÃO

Relator: Deputado DAGOBERTO
NOGUEIRA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 8.178, de 2017, tem como objetivo isentar a produção, a importação ou a comercialização de óleo Diesel e suas correntes do pagamento da Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS.

Em síntese, na justificação da matéria, o autor aduz que variações no preço do óleo diesel geram impactos em toda a cadeia produtiva do país, pois todo o maquinário agrícola e os principais modais de transportes utilizados são dependentes do produto. Conseqüentemente, a redução do preço do diesel decorrente da isenção pretendida desoneraria a produção nos mais diversos setores da economia, reduzindo o custo de vida da sociedade como um todo e induzindo o crescimento econômico do País.

O Projeto de Lei em exame foi distribuído às Comissões de Minas e Energia – CME; de Finanças e Tributação - CFT; e de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC, sujeito à apreciação conclusiva pelas Comissões e terminativa pela CFT e CCJC, nos termos, respectivamente, dos arts. 24, II, e 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Cabe a esta Comissão de Minas e Energia a apreciação da matéria sob o enfoque das políticas e modelos mineral e energético brasileiro, e da política e estrutura de preços de recursos energéticos, a teor do disposto no art. 32, inciso XIV, alíneas “a” e “f”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Decorrido o prazo regimental, nesta Comissão, não foram apresentadas emendas ao Projeto de Lei em exame.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Inicialmente, convém esclarecer que a proposição em análise quando se refere ao óleo diesel e suas correntes, se refere, a grosso modo, aos diversos tipos de óleo diesel disponíveis no mercado nacional.

Na refinaria, durante a produção de derivados de petróleo como nafta, gasolina, óleo diesel, óleo combustível etc, são separadas as diferentes frações (correntes) de hidrocarbonetos por faixas de temperatura e outros processos. As correntes são então misturadas para compor os variados produtos que virão a ser comercializados ou utilizados em outros processos de produção. Pode-se dizer, de modo simplificado, que a refinaria produz essencialmente combustíveis (líquidos ou gasosos), solventes e produtos inacabados. Os produtos inacabados podem ser, por exemplo, correntes que se enquadrem em faixas similares às da gasolina, ou do óleo diesel, e que venham a ser utilizadas para sua produção. Nesse caso, a mistura pode ser feita pela própria refinaria ou por outro agente econômico autorizado pela ANP que adquira as frações de uma refinaria ou de um importador¹.

Sob a ótica desta CME, nada temos a opor quanto à redução da carga tributária incidente sobre insumos energéticos. Eventual aumento do

¹ Conforme informações da ANP disponíveis na Internet, no endereço: <http://www.anp.gov.br/wwwanp/petroleo-derivados/155-combustiveis/1855-gasolina>, consultado em 29/09/2017.

consumo de óleo diesel decorrente da redução dos preços ao consumidor verificada com a redução da carga tributária incidente sobre este produto pode elevar a necessidade de importação de óleo diesel, uma vez que a capacidade de produção das refinarias nacionais desse importante insumo econômico encontra-se praticamente esgotada, não havendo perspectivas de investimentos na ampliação da capacidade de refino de petróleo no País a curto prazo, em decorrência da lastimável situação das finanças da Petrobras. Mas, cremos que uma redução da carga tributária incidente sobre o óleo diesel nacional, mesmo com o aumento da importação deste produto, poderia de fato alavancar o crescimento da economia nacional, conforme aduz o autor da proposição em análise.

Não obstante, julgamos oportuno registrar que, atualmente, o Brasil atravessa uma crise fiscal de grandes proporções e que, em 20 de julho de 2017, o Poder Executivo editou o Decreto nº 9.101 com o objetivo de elevar as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS incidentes sobre a importação e a comercialização de gasolina, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo (GLP), querosene de aviação e álcool.

Apesar das dúvidas que temos quanto à oportunidade da aprovação da isenção tributária pretendida, lembramos que as questões relativas ao equilíbrio das finanças do País extrapolam a competência desta Comissão de Minas e Energia e serão oportunamente avaliadas pela douta Comissão de Finanças e Tributação – CFT.

Assim, com base em todo o exposto, votamos pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 8.178, de 2017, e conclamamos os Nobres Pares a nos acompanharem no voto.

Sala da Comissão, em de de 2017.

Deputado DAGOBERTO NOGUEIRA

Relator